MARCAS DE UMA POLÍTICA DE EXCLUSÃO SOCIAL PARA A AMÉRICA LATINA:

Propostas Neoliberais para a Educação na Região

Prof. Luís Fernando de Freitas Camargo*
Profª Maria Regina Fortunato**

O Modelo Hegemônico Neoliberal na América Latina:

Refletir na direção da realidade latino-americana requer, obrigatoriamente, uma visão de conjunto, posto que problemas, impasses e conseqüências fazem parte não só da questão político-econômico-social da região, como também da territorialidade no que se refere a sua determinada função mundial. Nesse sentido, cada lugar é exclusivo, procurando ser mais um na trama econômica global.

A trajetória de cada país latino-americano, nas últimas décadas, apresentou-se diferenciada segundo suas potencialidades, alternativas, dificuldades e resistências para a implementação do capitalismo monopolista pós-guerra. Foi diferente em cada lugar a maneira como o Estado trouxe para si a tarefa de assumir a produção de bens intermediários, de absorver as funções sociais e de promover o autoritarismo e repressão para o controle da sociedade.

Poderia-se imaginar que nos anos 90 cada país estivesse numa direção, num estágio, num plano específico de desenvolvimento. Mas, não é isso que se observa; parece que todos são parceiros e combinaram suas ações para que chegassem na atualidade com o mesmo perfil. Essa constatação só pode ser explicada no contexto dos modelos hegemônicos implementados na região onde, na atualidade, o neo-liberalismo se impõe. Entretanto, para a análise não basta salientar que o neo-liberalismo representa: elevação das taxas de juros, rebaixamento drástico dos impostos sobre os rendimentos altos, facilidades para os fluxos financeiros, desemprego maciço, repressão às greves e aos sindicatos, minimização da ação do Estado no setor social e privatização. Evidentemente, a implantação desses preceitos na realidade de cada país se dá dentro de um contorno específico, que articula a história do lugar, seu relacionamento mundial e suas possibilidades concretas de absorção a esse novo contexto. Dessa maneira, o resultado apresenta-se paradoxalmente específico e comum. Específico porque é próprio daquela realidade e comum porque compõe o arcabouço que integra a totalidade do sistema.

Algumas Considerações Sobre o Processo Histórico de Consolidação do neo-liberalismo:

Apesar de teoricamente idealizado na década de 40, o neo-liberalismo começa a impor-se, de fato, a partir da década de 70, tendo como estímulo a crise do modelo econômico do pós guerra.

* Coordenador e Professor do Departamento de Geografia das Faculdades Teresa Martin e membro da Comissão Nacional de Ensino - AGB
** Coordenadora e Professora do Departamento de Ciências Sociais das Faculdades Teresa Martin

A Inglaterra, pioneira na instauração dessa política, foi rapidamente acompanhada por outros países do norte da Europa Ocidental e EUA, fornecendo bases para a consolidação de um modelo hegemônico, que iria dissipar-se por outros cantos do planeta.

A difusão do neo-liberalismo contou, fundamentalmente, com uma forte pressão sobre os Estados, no sentido de sua revisão enquanto regulador da economia e mantenedor de bens e serviços sociais.

Diferentemente do que poderia se supor, não foi necessário uma explícita orientação política de "direita" para conduzir esse processo. Países denominados "euro-socialistas" assumiram, também, algumas posturas que se identificaram com a vertente neoliberal. Por outro lado, a crise do Leste Europeu apresentou-se como novo estímulo à continuidade do processo de expansão de políticas Neoliberais, num momento em que esse modelo apresentava sinais de fragilidade quanto à capacidade de promover o crescimento econômico.

Na América Latina, a hegemonia neoliberal se confirmou no final dos anos 80 e início dos 90 com a mudança de governos de países como México, Argentina e Peru, entretanto, há que se ressaltar que a experiência piloto para a implementação geral do modelo deu-se num país da América do Sul: o Chile, sob a tutela de uma violenta ditadura militar, com resultados bastante satisfatórios aos olhos daqueles que viam no neo-liberalismo e, portanto, nas desigualdades, os pressupostos para a sanidade do desenvolvimento. A Bolívia apresentou-se também como referência, em meados dos anos 80, visto que conseguiu superar problemas vinculados à hiperinflação com medidas Neoliberais, contando com o apoio popular para a aparente resolução imediata do problema.

É importante ressaltar que nesses países o modelo estimulou o rebaixamento da qualidade de vida da maioria da população, através do desemprego e dos autos custos da sobrevivência. Entretanto, essa situação de pobreza não transformou-se em entraves para a superação desse estado de coisas. Pelo contrário, o Chile, por exemplo, continua sendo apresentado como experiência de sucesso na América Latina.

No Brasil, o neo-liberalismo entra pela porta dos problemas econômicos, ou seja, a inflação forneceu o argumento que permitiu um "discurso envolvente" na direção de reformas significativas no âmbito dos compromissos do Estado. Esse processo tem levado à uma política explícita de privatização, desregulamentação estatal e descompromisso com o setor social, numa onda que ressalta o conservadorismo e, por conseguinte, uma sensível guinada à direita, com medidas que na atualidade representam profundo retrocesso quanto às parcas conquistas verificadas no período anterior, conquistas essas marcadas pelo empenho e sofrimento do povo brasileiro. A escola pública é um exemplo concreto.

O Processo de Gestação do Neo-liberalismo na América Latina: as políticas educacionais como referencia.

O mundo capitalista pós-guerra fortaleceu os capitais monopolistas, os circuitos de ramos de produção e conseqüentemente a sua internacionalização. Assim, esses capitais extrapolaram fronteiras e procuraram fazer uso do potencial presente em cada lugar onde se projetavam. Ao mesmo tempo em que a Guerra Fria esboçava um panorama político de confronto velado, a economia avançava na direção do estabelecimento de novas tecnologias, visando melhor produtividade. Nesse contexto, os Estados Nacionais assumem importante

papel, no sentido de fornecer as bases para o pleno desenvolvimento desse capitalismo mundializado.

No caso dos países latino-americanos esse processo se deu de maneira desigual, com nuanças segundo o grau de relação e comprometimento com o capital estrangeiro. A década de sessenta marca o início de regimes totalitários administrados pelo exército, como exigência dessa nova etapa da Divisão Internacional do Trabalho. Entretanto, ao mesmo tempo em que o sistema político recrudesce, os países latino americanos passam por uma fase caótica de implementação de políticas púbicas. Exemplo concreto dessa situação pode ser constatada no plano da educação em todos os seus níveis.

No Brasil, a internacionalização da economia reorganizou a sociedade com vistas à industrialização de base multinacional. De uma população fortemente localizada no campo, passou-se rapidamente ao crescimento urbano como condição para o desenvolvimento dessa nova proposta econômica. Assim, a mão de obra não qualificada, recrutada em todo o território nacional, teria que apresentar algumas habilidades, entre elas a leitura e as noções básicas de aritmética.

Dessa forma, a popularização da Escola Pública veio contribuir com esse momento da história econômica do país, que, no plano ideológico, instaurou a repressão e a censura visando o controle da sociedade civil. Nesse contexto inaugura-se uma nova política educacional que vai reorientar a escola de 1º e 2º graus no nível de um projeto organizado através de acordos internacionais (MEC/USAID). O rebaixamento da qualidade de ensino foi inevitável, mesmo porque essa baixa qualidade tornou-se imperativa para a execução das estratégias no plano econômico. Coube ao Estado a tarefa de impulsionar essa política, buscando equilibrar as ações para a obtenção dos resultados desejados. "Escola Pública para todos!" desde que amparada por estratégias de desvalorização profissional e, conseqüentemente, debilidade na formação básica.

No âmbito da escola de 3º grau, a proposta apresentou-se de maneira mais complexa. No plano da Escola Pública, estava assegurada a articulação entre ensino e pesquisa. Essa concepção apoiou-se no fato de que havia a necessidade de assegurar um setor de ponta que desse sustentação ao desenvolvimento científico-tecnológico interno. Dessa maneira, a universidade deveria cumprir a tarefa de subsidiar minimamente a formação de um profissional que pudesse atender, de imediato, às solicitações impostas pela nova ordem econômica vigente. No plano político, essa universidade já estava calada sob o terror de um projeto autoritário, amplamente difundido em toda a vida acadêmica do país. Esse modelo de universidade estava amparado por verbas públicas, que davam sustentação à manutenção e continuidade de suas propostas. Sem dúvida, tratou-se de uma escola de elite, mesmo porque os investimentos destinados não permitiam a ampliação da rede, caracterizando-se como o lugar do "bom aluno": aquele que teve acesso ao ensino básico e médio de melhor qualidade.

Nesse contexto, a proposta educacional do país gerou contraditoriamente um ramo produtivo vinculado á educação, ou seja, surgem as faculdades particulares que trouxeram para si a tarefa de qualificar pessoal para as consideradas "profissões menores", principalmente as licenciaturas. Essas faculdades, organizadas segundo critérios nitidamente empresariais, pouco comprometeram-se com uma habilitação de qualidade, contribuindo decisivamente para aquele projeto de rebaixamento do ensino de 1º e 2º graus.

Assim, as pressões de demanda criaram precocemente um setor empresarial de educação.

Isso significa que a proposta estatal foi insuficiente para o 3º grau, permitindo que a iniciativa privada construísse caminhos de fortalecimento na direção da legitimação da sua própria existência no setor. Esse processo foi acelerado também pela incapacidade do 2º grau conseguir, na prática, a profissionalização teoricamente reivindicada pela Lei de Diretrizes e Bases 5692/71. De toda maneira, o desenvolvimento de políticas públicas para a educação, no Brasil, combinou uma série de medidas que justificaram a inserção da iniciativa privada no setor de prestação de serviços educacionais à população.

Essa política educacional para o 3º grau no Brasil marca expressivamente a proposta evidenciada para toda a América Latina, no período pós-guerra. É evidente que houve distinção no processo de implantação. A Argentina e o México, por exemplo, acionaram projetos estatais que num primeiro momento conseguiram absorver toda a demanda egressa do 2º grau. Entretanto, nos anos noventa o que se observa é que esses mesmos países apresentam índices significativos de instituições privadas de 3º grau, indicando que estas prevalecem sobre o ensino público

Portanto, as estratégias executadas durante as décadas de setenta e oitenta no ensino universitário na América Latina acabaram repercutindo da mesma forma na maioria dos países da região, indicando que os contornos das políticas educacionais implementadas localmente combinaram com um projeto maior, recomendado pelo desenvolvimento do sistema capitalista em curso. O caso brasileiro, apesar de sua especificidade, representa uma faceta desse projeto.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID como condutor de políticas locais: um exemplo concreto.

A discussão sobre a realidade educacional brasileira, permite ilustrar um projeto que está posto para toda a América Latina. Os países que compõe a região apresentam-se com o mesmo perfil se consideradas as propostas recentemente sugeridas pelo BID. Uma análise mais aprofundada do documento intitulado: "Ensino superior na América Latina e no Caribe: um documento estratégico" produzido pela Divisão de Programas Sociais do Departamento de Programas Sociais e Desenvolvimento Sustentado do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID leva a compreender como uma Instituição Internacional interfere diretamente na realidade educacional da região, estabelecendo políticas e esboçando propostas que se vinculam aos interesses do sistema.

A Introdução do documento indica que trata-se de uma estratégia para o envolvimento do BID no ensino superior da América Latina, visto que tem a pretensão de avaliar a qualidade e desempenho do 3º grau visando despender recursos para promover as reformas desejadas. Enfatiza que o ensino superior na América Latina apresenta baixo aproveitamento e oferece apoio financeiro aos países integrantes que trilharem o percurso indicado no documento, ou seja, o "Banco" só investirá em sistemas educacionais na América Latina e Caribe mediante apoio explicito às suas recomendações. Nesse sentido, o BID esboça seu projeto através das seguintes determinações:

-sugere a redução nas dotações orçamentarias públicas na direção de um consórcio equilibrado de recursos estatais e privados; nesse ponto, ilustra sua recomendação, citando o Chile que investe apenas 1/3 das verbas públicas no montante destinado à educação universitária.

-defende a alteração na política de subsídios governamentais dentro de um padrão que

valorize o pagamento do bem recebido por parte do aluno.
-estabelece uma clara distinção entre vários segmentos do ensino superior, destacando necessidades diferenciadas para cada um; acredita que, apenas, uma "formação acadêmica de elite" deva articular ensino e pesquisa; as demais de caráter profissional, técnico ou semi-profissional deverão estar sob o regime de novas organizações curriculares, mais próximas das Instituições Privadas.
-faz clara alusão àquilo que considera "deficiente estrutura administrativa da escola pública de 3º grau", que permite, entre outros, a ociosidade e a falta de compromisso por parte de seus professores e funcionários.
-valoriza a pesquisa sob o gerenciamento da iniciativa privada.
-adverte sobre a falta de "mecanismos de punição" no interior das universidades públicas, que favorece a desordem e a conseqüente falta de aproveitamento do aluno.
-repudia a política de isonomia, que impossibilita a "premiação" através de vantagens salariais.
-estimula um rigoroso processo de avaliação, que dimensione a qualidade de ensino oferecido dentro de um critério que possa informar o consumidor e o empregador sobre o desempenho e produto da Instituição avaliada.
O BID se coloca à disposição dos governos para apoiar financeiramente as mudanças. Se compromete com os recursos para a implementação dessas políticas e alerta que todos os projetos financiados deverão estar em consonância com as normas acima e serem implementadas através de medidas instauradas por "autoridades centrais" dos países.
Indubitavelmente, o discurso do Banco não se preocupa com a forma, ou seja, sem veleidades marca um compromisso estreito com a difusão do neoliberalismo na América Latina. Para tal, impõe medidas de minimização da ação estatal, estimula a competitividade e o mercado, traça os eixos da política educacional, intervém diretamente nas relações de trabalho, evidencia a crise fiscal dos Estados e como "pai severo", orienta a conduta e intervém diretamente no destino de cada país.
Muito mais do que recomendações, o "documento" demonstra que no âmbito do 3º grau irá efetivamente conduzir todas as mudanças, demonstrando que na atualidade não há autonomia nacional e que as "relações internacionais" devem impor novos contornos tendo, entre outros, o BID como instrumento de realização.
Procurando explicitar tal processo, convém ressaltar os contornos da atual política educacional brasileira, particularmente a do 3º grau que se enquadra perfeitamente às recomendações sugeridas.

A atual Política Educacional Brasileira e a sintonia com as propostas do BID.

O atual momento da economia mundial propõe um novo papel para as instâncias de governo, o que de certa maneira conduz para a revisão dos seus compromissos sociais, visto que muito daquilo que é obrigação do Estado deverá gradativamente passar para a esfera da iniciativa privada e, portanto, tornar-se mercadoria. Se no período anterior o Estado assumiu o controle de um "gigante" complementar às economias de mercado , foi porque não havia outra possibilidade senão a de patrocinar setores que não interessavam, naquele momento, à iniciativa privada. Os gastos eram financiados pelos empréstimos internacionais, através de dívidas que, internamente, determinaram políticas inflacionarias de difícil gestão.

Evidentemente, expandiu-se um processo efetivo de crise fiscal, propiciando um terreno fértil para a instalação de políticas neoliberais. Entretanto , essa aspiração só poderia concretizar-se, plenamente, quando o projeto, que visava a inoperância do serviço público em geral, fosse fato consumado.

Hoje, a educação no Brasil demonstra a sutileza desse projeto neoliberal de desmonte da escola pública e gratuita, impulsionado pelas políticas vigentes, desencadeadas principalmente pelo governo FHC.

A desmoralização dessa escola, não é fruto do acaso, se justifica pela necessidade de pôr em prática essa nova etapa das políticas públicas. No âmbito da escola de 1°grau, vale ressaltar que todas as medidas implementadas pela Lei de Diretrizes e Bases anterior (LDB - 5692/71) permitiu o fracasso atual e estabeleceu suporte para a atual proposta de municipalização, enfatizada para as séries iniciais e parceria para as demais séries do 1° grau. Por outro lado, pretende-se estabelecer, em nível nacional, um currículo mínimo de controle denonimado Parâmetros Curriculares Nacionais, na tentativa, entre outros, de acionar programas de ensino à distancia numa clara manifestação da economia de recursos. É evidente, que a determinação de "diretrizes curriculares" inviabiliza uma prática docente crítica e reflexiva, ao mesmo tempo em que perpetua a manutenção de um professor mal preparado.

No nível da escola de 2° grau, esta, gradativamente, distancia-se das obrigações públicas, a partir de uma máscara que estabelece um novo formato de curso que, entre outros, possibilita ao aluno freqüentar várias escolas no processo de sua formação: cursos modulares. É obvio que essa nova estrutura organizacional esconde o real interesse do Estado em se desobrigar desse nível de ensino. Essa proposta imagina-se estar sendo mais eficiente para garantir a profissionalização no âmbito das iniciativas privadas, até porque está sendo gestado uma nova tendência de cursos na área de educação tecnológica denominados de "pós-secundário". Ressalta aos olhos que a gradativa migração de alunos da escola privada para a escola pública de 2° grau nos anos 80/90, em função do rebaixamento do padrão de vida, tem estimulado pressões da sociedade para que o ensino público absorva a demanda. Ao MEC cabe instaurar medidas que revertam esse estado de coisas e recoloque o ensino médio próximo às escolas particulares.

No que tange a escola de 3° grau as mudanças são mais visíveis e merecem uma análise detalhada. As políticas neoliberais requerem um discurso competente no sentido de justificar a associação entre o dever do Estado com os lucros da iniciativa privada. Para tanto, toda a crítica feita quanto a inoperância da Universidade Pública está embasada na forte interferência e controle governamental na administração da escola de 3° grau. Assim, a avaliação que o MEC faz, hoje, da atuação universitária explicita seu erro em ter assumido a tarefa de financiar ensino / pesquisa. Isso permitiu o dispêndio de altos recursos (que contaram, entre outros, com a associação de instituições de fomento à pesquisa) sem o devido retorno, caracterizando a Universidade Pública como muito onerosa , principalmente porque não vinculou a pesquisa com as necessidades postas pelo plano econômico, e, por conseguinte, não obteve o apoio concreto do setor produtivo. Por outro lado, considera que a universidade deveria ter acompanhado a "evolução dos tempos" e assumido outras conformações mais adequadas às necessidades do mercado de trabalho. Nesse ponto defende o papel desempenhado pelas Faculdades Particulares quanto a sua organização que priorizou o ensino e, portanto, teve possibilidade de se adequar às novas exigências profissionais. No limite o MEC está defendendo os cursos de curta duração, ao mesmo tempo em que

estabelece níveis diferenciados de formação profissional. O órgão entende que o mercado gerou novas perspectivas de trabalho num patamar localizado entre o ensino médio e superior. Salienta que as Faculdades Privadas se fortaleceram num plano que pode estar assumindo esse campo de formação semi-profissional, até porque sua concepção empresarial lhe torna "mais criativa" a ponto de propor outras alternativas de organização curricular. Essas considerações marcam a posição estatal quanto à desobrigação com a Universidade Pública. A Constituição Federal de 1988 garantiu, entretanto, à Universidade indissociabilidade entre ensino e pesquisa além de autonomia. Quanto à indissociabilidade entre ensino e pesquisa, o MEC enfatiza o descabimento de tal articulação posta em nível constitucional. As críticas mais significativas estão, portanto, relacionadas com o dispêndio de verbas e a falta de consonância da pesquisa com as necessidades do país. Para resolver esse problema, busca através de artifícios sorrateiros estabelecer novas classificações visando burlar o que está definido em Constituição. A nova Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 propõe que outras conformações de ensino superior sejam implantadas no país, como por exemplo os Centros Universitários que deverão ocupar-se apenas com o ensino e, portanto, distanciar-se do que está previsto na lei e, em contrapartida, aproximar-se das políticas neoliberais. Reforçando este ponto de vista, a própria LDB 9394/96 ressalta a necessidade de entidades mais flexíveis, que atendam o mercado através de cursos universitários de ensino à distância, modulares, de menor carga horária e desligados da pesquisa, sempre em nome da modernidade. Quanto ao caráter privado dessas instituições, sugere que seja retomado o "crédito educativo" como medida provisória para a resolução imediata dos problemas de custo frente ao aluno mais pobre.

Fechando o circuito de medidas que atacam a vinculação entre ensino e pesquisa o MEC propõe a desregulamentação da maioria das profissões, visto que, segundo ele, não é o diploma que garante a formação adequada. Ao salientar essa diretriz, minimiza a formação universitária e abre brechas para novas modalidades de cursos..

Quanto à autonomia, o Ministério da Educação entende que no nível didático-científico, esta deva ser integralmente respeitada, mesmo porque é a partir dela que se garante qualidade. Acredita que são as discussões, os debates e as análises críticas os responsáveis pelo aprimoramento da vida acadêmica, o que repercute positivamente na qualificação profissional. Valoriza essa tendência nas Universidades Públicas e reconhece a deficiência dessa prática nas Instituições Privadas de ensino.

Ao mesmo tempo que defende tal autonomia, o Estado propõe arbitrariamente avaliações externas sistemáticas que interrompem esse processo na medida em que desconsidera as particularidades e especificidades de cada Instituição. Não é possível pensar em autonomia didático-científica se ela está cerceada pela "matéria do provão".

Se a autonomia didático-científica é defendida pelo MEC o mesmo não ocorre com a autonomia administrativa-financeira, visto que, segundo o Órgão, não é possível conviver com tantas distorções. Dados exaustivos são apresentados para demonstrar a falta de organização e controle da Universidade que aí está. Responsabiliza o número excessivo de docentes e funcionários como grande entrave que obstacula o bom desempenho do 3º grau público. Argumenta que o custo financeiro das aposentadorias onera, e muito, as despesas. Enfatiza que a estabilidade é um mal insuportável, que estimula o descompromisso com o trabalho, tornando-se, muitas vezes, "cabide de emprego". Outros tantos argumentos são utilizados, todos para justificar a necessidade de uma revisão nas diretrizes de organização

funcional. Para tanto, reivindica uma série de procedimentos que deverão ser rapidamente acionados, em nome da melhoria da qualidade e da racionalidade dos recursos destinados. Não resta mais dúvida que essa conduta traz consigo um forte encantamento pelos preceitos neoliberais que sugerem, em nome de melhores resultados, a revisão de importantes conquistas trabalhistas e sociais.

Portanto, todas as propostas recentes relacionadas à educação no Brasil tratam de achar justificativas para se alinharem frente a essas determinações do BID. A nova LDB, todos os seus documentos de desdobramentos e ainda os discursos do Ministro da Educação ratificam esse compromisso.

O BID e o funcionamento da ordem mundial:

O Sistema Internacional é um conjunto de Estados que se comprometem com a mesma "ordem" visando o aprimoramento do sistema econômico, a partir de um relacionamento político mantenedor. Entretanto, aquilo que poderia, apenas, estar sugerindo harmonia e cooperação, revela, na realidade as contradições inerentes de um circuito desigual. Assim, o papel estabelecido pela Divisão Internacional do Trabalho, indica um jogo de forças produtivas que se associam a mecanismos políticos, viabilizando a economia mundial num patamar conectado pelos princípios norteadores do modo de produção vigente. Isso significa, que tal sistema se movimenta tendo como referencia uma "ordem internacional" embasada em um conjunto formal ou informal de normas, instituições e procedimentos decisórios que refletem a correlação de forças no plano mundial e regulam as relações internacionais. Contudo, a realidade social indica um processo dinâmico e, portanto, instável de relações que necessariamente possibilitam as transformações. Nesse sentido, a ordem econômica, apesar de ser a mesma, sempre é outra num movimento que interfere constantemente nas relações internacionais.

Nessa direção é possível compreender, historicamente, o papel dos países periféricos no circuito mundial. O termo periferia indica a existência de países centrais e de uma economia global caracterizada por desigual distribuição das atividades econômicas, de riqueza e de poder entre países e regiões. A integração econômica dos países da periferia requereu uma estrutura política legitimada pelo Estado Nacional que garantiu a inserção crescente (mais articulada) desses na ordem econômica internacional. Nesse contexto, estabeleceu-se os níveis de dependência como produto ou subproduto da exploração imposta pelos países centrais. Dessa maneira, explicitou-se o caráter desigual do sistema internacional que engendrou uma simbiose da economia com a do papel político de todos os países envolvidos no processo, num emaranhado de relações dinâmicas e contraditórias.

Buscando a legitimação desse conjunto, num nível que pode obscurecer o jogo de forças presentes no cotidiano dessas relações, ou melhor, estabelecendo uma pseudo imparcialidade tanto no plano econômico quanto no político, tem-se Instituições que apresentam-se com a finalidade de corrigir distorções e alcançar o pleno funcionamento do Sistema Internacional. Vale ressaltar, que essas Instituições tem como objetivo principal mascarar o papel dominante dos países centrais que aparecem apenas como unidades representativas sem qualquer poder explícito de decisão. Assim, essas Instituições supra nacionais cumprem a função de acionar medidas que facilitem o total desenvolvimento do sistema, sem que o sentimento de dominação de um país ou de um conjunto de países se evidencie.

Pode-se reconhecer o papel do FMI e do Banco Mundial como Instituições de interferência, ordenação e ajuste das economias nacionais, buscando adequar os negócios internos às necessidades do mercado internacional. Entretanto, mudanças avançam para além de questões meramente econômicas. Isso significa que a sociedade deve estar apta à suportar e acatar transformações. No caso dos países periféricos, o Estado por si só, não tem condições de absorver as inovações e disseminá-las através dos serviços públicos, ou seja, a incapacidade de organização do poder estatal, associada a ausência de recursos, pode comprometer o desenvolvimento do sistema. Com o intuito de superar entraves dessa natureza, é que as Instituições Econômicas propõe-se a destinar recursos para a adequação das políticas sociais internas aos preceitos da "ordem internacional". Assim sendo, o financiamento dessas políticas sociais vem acompanhado de uma série de recomendações que nada mais é do que a determinação de um modelo internacional e ingerência na vida do país. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID tem-se demonstrado como Instituições Econômicas que assumem essa tarefa, na atualidade.

A análise do documento "Ensino Superior na América Latina e no Caribe: Um documento estratégico" permitiu evidenciar o modelo hegemônico neoliberal para a região e compreender como as recentes mudanças no cenário educacional brasileiro estão conectadas a uma política mais ampla, relacionada ao desenvolvimento do sistema internacional.

É interessante ressaltar que as mudanças quotidianas na escola de 1º, 2º e 3º graus não são, como parecem, medidas isoladas e desvinculadas de um projeto global; pelo contrário, expressam o caminho trilhado pelo governo brasileiro para por em prática as políticas neoliberais decididas em escala mundial.

Bibliografia:

ARNOVE, R. "La Educación como terreno de conflicto". Managua: Universidad Centroamericana, 1994.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. "Ensino Superior na América Latina e no Caribe: Um documento estratégico". 1996.

ESCOTET, M. A. "Tendências, Misiones y Políticas de la Universidad". Nicaragua: UNESCO, 1993.

GALEANO, E. "As Veias Abertas da América Latina", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 31ª edição, 1990.

MEC. "Uma nova política para o ensino superior", Brasília, 1996

_____ "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / 9394/96"

_____ "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / 5692/71"

_____ "Parâmetros Curriculares Nacionais: Versão preliminar", 1995

OFFE, Claus. "Capitalismo Desorganizado", São Paulo: Editora Brasiliense, 1ª edição, 1994.

PRZEWORSKI, A. "Capitalismo e Social Democracia" , São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SADER, E. "O Poder, Cadê o Poder?", São Paulo: Boi Tempo Editorial, 1997.

_____ (org.) "O Mundo depois da queda", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____ & GENTILE P.(orgs.) "Pós Neoliberalismo", Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SOUZA, Paulo Renato, "Por uma Nova Universidade", pronunciamento feito no Seminário sobre Ensino Superior, Brasília, 1996.

TOMMASI, L. e outros (orgs.), "O Banco Mundial e as Políticas Educacionais", São Paulo: Cortez, 1996.